



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Escaramela, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, solicitaria que V. Exa. informasse qual a hora regimental para o início dos trabalhos desta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Às 14,30 horas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, agora são 14,36 horas, pelo relógio do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — O relógio da parede está adiantado 6 minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O relógio da parede está certo com o meu.

Gostaria, Sr. Presidente, que ficasse registrado, na Ata de nossos trabalhos, o meu protesto pelo não cumprimento do horário para início da sessão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, no meu relógio são 2,30 horas.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, no meu relógio são 2 horas, 30 minutos e 49 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência aceita, com humildade as observações do Sr. Deputado quanto ao cumprimento do horário para início das sessões ordinárias. E espera, no futuro, a presença regimental de um terço dos Srs. Deputados, em plenário, para início dos trabalhos legislativos.

Não deseja, a Presidência, censurar os Srs. Deputados que, no início das sessões, não se encontram em plenário. Mas, não aceita censura quando o relógio da parede não conferir com o relógio de pulso de quem esteja presidindo a sessão. Não acredito que detalhe dessa natureza possa empanar a austeridade com que devem ser conduzidos os trabalhos.

Solicito, ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que assinam ao final, membros da bancada da ARENA, indicam como líder do Partido nesta Assembléia o Deputado Luiz Roberto Soares.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(aa.) Ezequias Losso, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Ivo Thomazoni, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Luiz Alberto de Oliveira, Jurandir Messias, Ivan Rüppel, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Paulo Camargo, Del Ciel, Accioly Neto e Augusto Carneiro.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo passamento do Sr. MIGUEL CALIL FADEL, ocorrido no fim do mês próximo passado, na cidade de Jaguariaíva.

O extinto foi um dos grandes pioneiros daquela cidade e pessoa de vastas relações de amizade e era genitor de nosso nobre colega, Deputado Calil Fadel.

Requer ainda, uma vez aprovado o requerimento, seja feita a necessária comunicação à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à apreciação do Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dorvalina Guerreiro de Paula, progenitora do Professor José Guerreiro de Paula, Diretor do Colégio Estadual Assis Brasil e ex-Prefeito Municipal de Clevelândia.

Outrossim, solicita, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família extinta, na pessoa do Professor José Guerreiro de Paula.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ESTEPHANO M. WITOSLAWSKI, ocorrido no dia 02 do corrente nesta Capital.

É justo que se preste esta homenagem a este que como funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura, granjeou grande número de amigos, assim como na vida particular sempre soube dignificar sua existência e a de seus familiares.

Requer outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento através de expediente endereçado à viúva Dna. Francisca Witoslawski, rua João Gualberto, 1796 -

apto. 4 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja transcrito em Ata dos trabalhos da Casa, um voto de regozijo pelo 25º aniversário de fundação da Colônia de Witmarsum, do município de Palmeira.

O acontecimento que merece destaque especial, por quanto a Colônia de Witmarsum contribui de modo decisivo para a pujança econômica, não só do município de Palmeira, mas do próprio Estado do Paraná, fato que se deve ao espírito de trabalho e organização da sua população a quem devemos prestar reconhecidas e justas homenagens.

Do presente requer-se seja dado conhecimento à Cooperativa Mista Agrícola Witmarsum, na pessoa do seu Diretor Sr. Pedro Sawatzky.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de congratulações, pela eleição do eminente Juiz, Dr. LUIZ RENATO PEDROSO, para o cargo de Presidente do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Magistrado de carreira a mais brilhante, ainda moço projetou-se como Juiz íntegro e culto, em todas as instâncias que vem percorrendo.

Conduzido, agora à Presidência do Egrégio Pretório o qual vem prestando os relevantes serviços de sua judicatura, propícia a manifestação desta Casa, pelo acerto com que o colendo Tribunal de Alçada ressaltou um de seus ilustres membros, que é figura enobrecedora da justiça paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Dr. Ozires Stenghel Guimarães, M.D. Secretário dos Transportes, expediente solicitando providências para que, de Guaíra a Curitiba, pelo traçado Guaíra-Maringá, seja aberto concorrência pública para transporte coletivo, considerando a carência desse meio de transporte por esse traçado, necessitando o acesso dos coletivos nas cidades do itinerário, trechos já devidamente asfaltado.

Justifica-se tal solicitação, em virtude da existência tão somente do transporte coletivo, traçado Guaíra-Curitiba, via Cascavel, cujos trechos Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Palotina, suas rodovias carecem de asfalto.

No traçado Guaíra-Curitiba, via Maringá, a rodovia está devidamente asfaltada, beneficiará as regiões municipais de Guaíra, Francisco Alves, Iporã e outras.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que, devido as medidas de contenção de combustível, vem provocando maior acesso da população no

uso de transportes coletivos; que é grande o reclamo da população com a falta de transporte coletivo, acarretando transtornos e prejuízos;

que, sentindo a opinião pública, na reivindicação de melhores e mais transportes coletivos, abrangendo todos os setores do Estado;

Requeiro, regimentalmente, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, para que, em face da situação vigente, providências no sentido que sejam criadas linhas para transporte coletivo, em ônibus seletivo e expresso, destacando-se nos horários diurnos e noturnos para longa distância, em todos os locais norte, oeste, sudoeste, noroeste, leste, ligando afinal todo o Estado a nossa Capital.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Diretor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando providências urgentes, no sentido de ligar o 2º poço arteziano em Alto Piquiri, pois a população está sem o precioso líquido a vários dias.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado ao final assinado, observado o contido no Regimento Interno da Casa, requer à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, solicitando urgentes providências no sentido da imediata adequação da rede física de estabelecimentos escolares destinados ao funcionamento do Segundo Grau em Maringá, em face de denúncias, comprovadas pelas autoridades Estaduais de Ensino daquele município que cerca de seiscentos (600) alunos, não conseguiram vaga nas escolas estaduais, ficando conseqüentemente fora da escola, por não terem condições financeiras para ingressarem em escolas particulares.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Além de denúncias na imprensa (Folha de Londrina de 26/02/77 - pág. 4) cujo recorte anexo, comprova declarações da Inspeção Regional de Ensino, por sua Inspectora, que entre outras considerações diz: "O Governo não pode ser responsabilizado pela falha, pois a ele compete apenas oferecer ensino gratuito para os estudantes apenas do primeiro grau". Ora, de quem é a culpa? Será que o Governo, além de infringir a população Universitária de nosso Estado o pesadíssimo ônus de anuidades verdadeiramente abusivas, tornando nosso ensino superior proibitivo aos menos favorecidos, quer agora, quem sabe para diminuir a demanda às nossas Universidades, transferir inteiramente a responsabilidade de manutenção do ensino de segundo grau a particulares? Não é admissível que esta seja a realidade. Porém é o que se entende pelas declarações da Inspeção Regional de Ensino de Maringá. Um País somente pode pensar em desenvolvimento, criando antes condições a que toda sua população jovem, conquiste seu lugar nas Universidades. A única forma de atingirmos este objetivo, é oferecendo fácil acesso de nossa juventude aos bancos escolares, evitando assim, que nosso ensino se transforme cada dia mais elitista. Urge pois, medidas objetivas visando a adequação da rede física de estabelecimentos escolares em Maringá uma das grandes cidades paranaenses, que muito contribui para o desenvolvimento de nosso Estado, e, em cuja sede o problema de falta de vagas vem

aumentando consideravelmente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de discurso pronunciado em 01 de fevereiro corrente pelo Dr. Eduardo Rocha Wirmond, ao assumir a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o título "O Direito e a Essência".

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários visando a instalação de um posto de destacamento policial no distrito de Oliveira Castro, município de Guaíra.

A referida localidade dista vários quilômetros da sede do município e sua população está totalmente desprotegida de assistência policial, fato que traz permanente preocupação a todos.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual com assento nesta Casa, infra-assinado, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Sthenguel Guimarães, Digníssimo Secretário dos Transportes, pedido de providências no sentido de aquele órgão autorizar o revestimento primário da ligação rodoviária Iguaraçu-Ângulo, naquele município.

Para tanto, a Prefeitura Municipal de Iguaraçu, nos moldes de seu procedimento anterior, verificado na ligação que vai da Ponte do Pirapó ao município de Flórida, coloca à disposição da Secretaria dos Transportes toda a brita necessária à obra.

Cumprе salientar que tais providências viriam manter a regularidade escolar no distrito de Ângulo, cujos professores, residindo na cidade de Iguaraçu, ficam impedidos de demandarem às escolas, tal o estado lamacento dessa estrada.

Não menores são os prejuízos econômicos, com a paralisação, em época de chuvas, de toda comunicação viária entre Iguaraçu e Ângulo.

Tais fatos parecem, pois, justificar plenamente o pedido que ora se encaminha à douta consideração da autoridade competente.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Segundo declarações feitas pelo Sr. Reinhold Stephanes e publicadas na imprensa local, as filas que se formam à entrada dos postos do INPS, "são normais", "parecendo mesmo ser uma fila de cinema".

Há evidente equívoco nas conclusões da ilustre autoridade: tais filas, que a cada dia crescem, tanto na Capital como no Interior do Paraná, constituem absurda contradição ante o desenvolvimento do País que se apregoa.

Não podem ser normais filas que se repetem diariamente à porta do INPS, para a simples marcação de consultas! São homens e mulheres que atravessam boa parte da noite, e, não raro, a noite toda, numa fila para serem atendidos a partir das

8,00 horas, pela manhã.

A fotografia junto, publicada pela "Revista da Cidade", que se edita em Arapongas, numa de suas recentes edições, é o testemunho veemente destas afirmações.

Em razão do exposto, pede que, ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Presidente do INPS., no sentido de que, também em relação aos postos do interior, que, a exemplo do de Arapongas, apresentem os graves problemas citados, sejam estendidas urgentes medidas, visando corrigir tais distorções. E que, uma vez aprovado o presente, seja do mesmo dado ciência ao Senhor Ministro do Trabalho.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETO, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando sejam determinadas providências no sentido de normalizar a situação do ensino no município de Capitão Leônidas Marques, onde reina a discórdia, a arbitrariedade e a "politiquice", em algumas localidades do interior, como por exemplo atesta o incluso abaixo assinado de pais de alguns alunos de Flor da Serra, que apelam ao Exmo. Sr. Secretário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No período compreendido entre os dias 20 e 26 de janeiro do corrente ano, acorreram a Curitiba, cerca de 2.500 mensageiros, membros de Igrejas Batistas de todos os Estados do Brasil, a fim de participar da 59ª Assembléia da Convenção Batista Brasileira.

Durante o conclave, foi eleito presidente por um ano o Pastor da Igreja Batista de Vila Mariana, São Paulo, Dr. Rubens Lopes que pela 14ª vez, ocupa a relevante função, substituindo o ilustre Pastor Paranaense, Dr. Nilson Fanini que, com brilhantismo, liderou a organização nos últimos anos. Para Secretário Executivo e Tesoureiro da Convenção, foi eleito o Pastor João Falcão Sobrinho.

A obra Batista no Brasil, foi iniciada em 15 de outubro de 1882, em Salvador, Bahia, por cinco pioneiros: William Bagby e esposa Anna Bagby, Zacharias Taylor e esposa Kate Taylor e Antônio Teixeira de Albuquerque.

Hoje, cerca de 600.000 membros, formando mais de 2.500 igrejas, adotam os princípios do Evangelho de Jesus Cristo, e através de Juntas Executivas vinculadas à Convenção Batista Brasileira, mantém notáveis programas de interesse social, levados a efeito, especialmente por escolas, dispensários médicos e orfanatos.

Em nosso Estado, a Convenção Batista Paranaense que tem na Presidência o Pastor Dr. Mauro Seraphin e, como Secretário Executivo e Tesoureiro o Pastor Altair Prevedello, reúne aproximadamente 14.000 batistas que muito tem contribuído para a consecução dos ideais cristãos. Em Curitiba funciona a Associação das Igrejas Batistas da Capital, presidida pelo Pastor Moisés Amorim e coordenada pelo Pastor Avelino Ferreira.

Assim, como representante de Curitiba e, especialmente do povo evangélico nesta Assembléia Legislativa, sensibilizados pelas edificantes e inspiradas mensagens trazidas por eminentes pregadores, musicistas e participantes, requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja inserto voto de regozijo pela realização da referida 59ª Assembléia da Convenção Batista Brasileira, na Capital paranaense.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à Convenção Batista Brasileira, ao "Jornal Batista", à Convenção Batista Paranaense e à Associação das Igrejas Batistas da Capital, entidade esta que fez o convite para que Curitiba fosse a sede do magnífico conclave acima enfocado.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 03/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "CASA DE ARTES E OFÍCIOS PAULO VI" com sede na cidade de Ibiaporã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Artes e Ofícios Paulo VI, é uma entidade fundada em 1966, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal número 527/76, de 09 de abril de 1976.

É uma instituição com finalidades educativas, atuando no setor de ensino profissionalizante, com caráter educativo, cultural, beneficente e de assistência social, visando o amparo à juventude.

Pelo exposto, conforme estatuto anexo, esperamos a aprovação do plano de lei em pauta.

PROJETO DE LEI NÚMERO 04/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a "GUARDA MIRIM DE CAMPO MOURÃO" com sede na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(aa.) FRANCISCO ESCORSIN

AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A "Guarda-Mirim de Campo Mourão", é uma entidade fundada em 1975, reconhecida de utilidade pública pela Lei número 82 de 26/08/75.

É uma Instituição com fins de preparar para a vida profissional, com assistência moral às crianças necessitadas, do sexo masculino, oferecendo aprendizagem profissional, conforme consta dos Estatutos anexo.

Por sua elevada finalidade filantrópica, solicito a aprovação do plano de lei em pauta.

PROJETO DE LEI NÚMERO 05/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Obra de Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Floresta, município do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Obra de Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, como finalidade, as mais filantrópicas possíveis, com atendimento à velhice, crianças órfãs, às famílias desamparadas e reabilitação dos necessitados, conforme consta de seu estatuto anexo.

É uma obra de amplo aspecto social, que há 10 anos vem prestando serviços inestimáveis à sociedade de Floresta e região, abrigando mais de 40 órfãs, educando-as em regime de internato.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

PROJETO DE LEI NÚMERO 06/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA SANTO ANTÔNIO, com sede em Ubatatã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores da Escola Santo Antônio, cuja finalidade é a aproximação mais íntima dos educandos — Pais e Mestres — para mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo à Sociedade.

Esta finalidade por si só, justifica a declaração de utilidade pública.

Por esse e demais argumentos constantes dos Estatutos anexo, devidamente registrado e publicado, é que esperamos a acolhida do plano de lei em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazini). — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença em plenário de S. Exa. o Sr. Antônio Custódio, Presidente da Câmara Municipal de Japira.

Da mesma forma, registra com satisfação a presença do Sr. Vereador Joaquim Inácio Leite, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Iguaçu.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que conste dos Anais desta Casa e para que tenha também o seu trâmite, nós ocupamos a tribuna para apresentar uma justificativa sobre o requerimento que vamos submeter à apreciação da Casa. (Lendo):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer a consagração na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Grigoravicius.

Requer ainda, que uma vez aprovado, seja dado conhecimento a Exma. família.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

JUSTIFICATIVA:

A Maçonaria do Estado do Paraná está de luto quando perde um de seus mais ilustres membros, o GRÃO MESTRE ADJUNTO DO PARANÁ, Francisco Grigoravicius, S.S. que foi fundador das Lojas Maçônicas Cavalheiros de Malta e Quintino Bocaiuva III, de Cornélio Procópio, faleceu em acidente automobilístico, no último dia 22 no Estado de São Paulo.

Homem público, vereador dos mais atuantes por 4 legislaturas em Cornélio Procópio, fundador da Aliança Renovadora Nacional, o estinto exerceu com muita atuação, a presidência do Sindicato dos Agricultores do nosso município.

Procopense desde 1934, participou de toda sua vida comunitária, tendo o seu nome profundamente ligado aos empreendimentos marcantes do município e da região, batendo-se incansavelmente pelo asfaltamento da estrada Cornélio Procópio-Mairiporã. Era cunhado do ex-deputado Pedro Mariucci. Casado em segunda núpcias com dona Marlene Grigoravicius. Do primeiro matrimônio com dona Jandira Mariucci, deixa a prantear-lhe o

seu desaparecimento os netos e sua dedicada filha Lenir Terezi-nha, esposa do fazendeiro e industrial Milhen Hadad.

A Maçonaria, no Brasil em particular, tem o seu nome ligado aos movimentos da Independência, pois o Príncipe D. Pedro I era igualmente maçom, ao da abolição da Escravatura, e a Proclamação da República.

Como os clubes de serviço, de âmbito internacional, os cidadãos filiados à Maçonaria tem excelentes folhas de trabalho em favor da comunidade, do Estado e do Brasil.

Por isso a razão de nos solidarizarmos na dor, pelo falecimento do Sr. Francisco Grigoravícius, com seus familiares, com seus amigos, — entre os quais nos incluímos e com a Maçonaria do Paraná e em particular, com as referidas Lojas de Cornélio Procópio.” — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobilíssimos Srs. Deputados.

O Poder Legislativo realmente oferece uma grande preocupação no conhecimento do Parlamentar.

Por exemplo, o Parlamentar deve saber, hodiernamente, sobretudo matemática e geometria. Pretendo fazer uma enunciação, com o devido respeito, mais uma aula de geometria, segundo os reajustes dos vencimentos do funcionalismo público estadual; mas faço com bom senso e buscando a interpretação do ponto de encontro, do que seja a Justiça. (Lê):

“Partindo da área da administração para a geometria, fato que bem caracteriza os tecnocratas no poder, assessores do Governo pretendem comparar o servidor público a uma figura geométrica.

Dada a insistência dos inovados métodos do Governo, faremos um esforço para nos adaptar à versatilidades: das regras do jogo buromatemático, passando, também, a fazer uso das figuras geométricas, para não sermos mal interpretados nas questões de linguagem do Direito e da Justiça.

Por isso, nos socorremos das linhas dos triângulos, pirâmides e losangos representativos do pretense reajuste, visando demonstrar aquilo que o funcionalismo realmente pretenda.

Assim, partindo da premissa de que o aumento do funcionalismo deve representar uma figura geométrica, cuja altura representa os 30 níveis de vencimentos e cujo centro correspon-da ao nível 11 (conforme denunciemos por várias vezes, existe um encavalamento nos valores desses níveis correspondendo ao valor do salário-mínimo, ou seja Cr\$ 712,00), teríamos a seguinte figura geométrica:

Um triângulo em que S. Exa., o Sr. Secretário, ou o Governo, em última análise, pretende representar o funcionalismo público.

Ora, se está encavalado do nível 1 até o nível 11 em Cr\$ 712,00 previstos pela Constituição, evidentemente, que o nível 11 passaria a receber, pelo que se viu publicado na imprensa, menor do que o nível 1. Mas, como se trata apenas de uma figura geométrica, pode ser que se encontre um outro método, e o nível 1 passa, então, a ser maior do que o nível 11.

Como vemos, é impossível se colocar aquela tese em prática, pois, o valor da base corresponderia ao nível 1 igual a Cr\$ 712,00 mais 60 por cento, enquanto que ao nível 11 corresponderia a Cr\$ 712,00 mais 50 por cento, ou seja, uma tabela às avessas até chegarmos ao centro desse triângulo ou pirâmide.

Num elogiável rasgo de luz, foi anunciado em data de hoje, que a figura adotada seria, não mais o triângulo ou pirâmide, mas, o losango..

Alguém deve ter deixado cair o triângulo; o triângulo estava colocado em pé; ao cair, ele fez este desenho — o losango. E, provavelmente, deve ter estribado o novo pensamento.

Aí chegaram à proposição pela qual vínhamos batalhando desde meados do ano passado, somente que, naquela oportuni-

dade, não tivemos a brilhante idéia de usarmos a geometria, e falamos na difícil linguagem do Direito e da Justiça!

Certamente deveríamos ter dito que aderíamos a um losango cuja diagonal maior, também representando altura, correspondesse aos 30 níveis de vencimentos e o centro fosse igual ao nível 11.

Nessa figura pretendíamos, e pretendemos ainda, que o nível 1 seja no mínimo reajustado para Cr\$ 712,00 mais 50 por cento; que o nível 11 seja reajustado para quantia não inferior a Cr\$ 712,00 mais 60 por cento, resultando no desencavalamento desses níveis iniciais.

Finalmente, como fator preponderante de Justiça, que não se deixe de atribuir ao nível 30 ao menos o percentual de 46,7 por cento, índice reconhecido publicamente pelo Governo, como oficial da inflação verificada em 1976 e, conseqüentemente, do custo de vida”.

Por aí se vê que a figura geométrica...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. tem 30 segundos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluirei. A figura geométrica passaria a ser então, esta anunciada queda do triângulo, ou melhor, o triângulo teria na sua base uma espécie de imã e ao cair ele desceria a um triângulo. Quer dizer, chegar a 60 por cento no nível 11 e decrescer até o último nível, em 46 por cento. Isto é que eu faria para o Governo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Sr. Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, no apagar das luzes do mês de fevereiro, tivemos a notícia triste, dolorosa do desaparecimento de um homem de grande projeção na cidade de Jaguariaíva. Fomos colhidos por esta notícia, entristecidos ao sabermos do desaparecimento da pessoa eminente, querida e benquista do ilustre homem que veio do Oriente para estas plagas, trabalhando e dando uma plêiade de filhos para o Paraná e este Brasil. Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da eminente figura do nosso querido Miguelzinho Kalil Fadel, pai do eminente Deputado João Kalil Fadel.

Entristecidos ficamos e neste instante estamos apresentando voto de pesar pelo homem que foi o baluarte, um dos primeiros a fincar residência na cidade de Jaguariaíva, que hoje é parte do Norte Pioneiro. Neste instante, não poderíamos deixar passar despercebida esta data, pedindo a Deus que o tenha no lugar que ele merece porque este homem lutou, desbravou, trabalhando pelo nosso Norte Pioneiro. Miguelzinho, homem que deu educação aos seus filhos, homem a quem o Paraná deve muito, principalmente nossa querida Jaguariaíva e, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados e dignos membros da Comissão Executiva desta Casa, estamos encaminhando requerimento de voto de profundo pesar pelo desaparecimento deste digno cidadão sírio-brasileiro, nosso parente, que nós admirávamos desde criança pela sua conduta, pela sua trajetória de vida.

Sr. Presidente, foi com amargura e pesar que há pouco tempo perdemos um irmão, amigo que era, na pessoa de Miguelzinho e, neste instante, queremos deixar este voto de profundo pesar e deixar a meu amigo, meu colega João Fadel, nossos sinceros sentimentos e de toda a família que muito se orgulha de ser parente da grande personalidade desaparecida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência associa-se às manifestações de pesar da tribuna apresentadas pelo Exmo. Sr. Gabriel Manoel, pelo desaparecimento do eminente cidadão Miguel Kalil Fadel, progenitor de S. Exa. o Sr. Deputado João Kalil Fadel.

Com a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado, 4º orador.

Ô SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A verdade é como o bisturi do médico, que corta profundamente, mas com o objetivo de estirpar do corpo doente tumores malignos, muitas vezes, salvar a vida do doente.

Ontem, usamos desta tribuna, para dizer verdades incontestáveis e para pedir providências que deverão ser tomadas, porque não podem ser adiadas.

E para o nosso espanto vimos que não desagradou somente funcionários que recebem dos cofres públicos deste Poder e não prestam serviços, mas a outros funcionários, a funcionários de Departamentos de Governo que exercem a função de jornalista nesta Casa e, diga-se de passagem, por nós qualificado, pior profissional de informações, porque se serve de uma coluna do mais importante jornal deste Estado, para promover a sua auto-defesa e acusar, na constância dos dias, com pronomes dos mais indecentes e usados nesta época por aqueles que têm culpa no cartório.

E eu leio com o devido respeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que reportou o repórter político de informações da "Gazeta do Povo" referindo-se de forma pouco decente ao nosso pronunciamento de ontem.

O contexto diz: (LÊ): — "Novamente Demagogia - Observadores afirmavam ontem na Assembléia, (e eu abro aspas porque é a palavra dele só, ninguém observará, senão uma formação expúria da profissão de informar, senão ele), (continua lendo - "... após um dos inflamados discursos emedebistas, que infelizmente está faltando assunto para certos oposicionistas que na falta de melhores temas de interesses do povo do Paraná, investem contra funcionários públicos da Assembléia, certamente procurando criar embaraços para o início da nova administração da Casa, inaugurada sob o símbolo da vitória e do otimismo.

Mas o Deputado Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia, em boa hora determinou que os assuntos internos da Casa fossem tratados a nível de lideranças e logicamente, sem a necessidade do uso da palavra por parlamentares que buscam se promover à custa dos servidores da Casa."

É um péssimo profissional da imprensa e que tem denegrido um dos mais importantes órgãos de imprensa deste Estado, que é a "Gazeta do Povo".

É um homem que, nestes dois anos falta, acima de tudo, com o respeito e a dignidade e com o decoro de um profissional da imprensa de qualquer país.

E este homem também é funcionário público de um Departamento importante do Estado, recebe dos cofres públicos e não presta serviços.

E, que diz através de sua coluna que nós dissemos aqui inverdades, que nós fizemos aqui demagogia.

É tática de todos aqueles que corrompem pelo procedimento, acusar os denunciantes de demagogos, e até de pertencentes a facções que contrariam o preceito sacrossanto da democracia.

É preciso que haja justiça, Sr. Presidente; é preciso que se contorne os caminhos das coisas.

É preciso que todos os homens responsáveis pelo destino deste Estado e desta Nação, passem a corar com o brio da respeitabilidade.

Eu poderia fazer como muitos dos dignos parlamentares desta Casa...

Ô SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lembra V. Exa., Sr. deputado, que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto.

Ô SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

Lamento que tenha sido vítima deste mal profissional da imprensa do Paraná, e muitas e muitas vezes.

E lamento ainda profundamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma imprensa do porte, da envergadura e do brio da "Gazeta do Povo" deste Estado, tenha um homem,

cujas capacidades profissionais vem denegrir o aspecto de relevante importância deste órgão brilhante de imprensa.

Aqui fica o meu protesto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

Ô SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

Ô SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muito tempo que esta Casa, embora fugindo um pouco às suas atribuições, porque não se trata de matéria de sua competência, tem focalizado entretanto, através de representantes de ambas as bancadas, os problemas que mais de perto dizem aos trabalhadores de nosso País. E, especialmente, ao INPS.

Entendemos que embora não nos caiba legislar a respeito, cabe entretanto a esta Casa, como às demais Assembléias de nosso País, a manifestação que possa aprovar ou desaprovar; sugerir ou propor medidas que representem realmente o interesse da coletividade representado por uma Assembléia Legislativa.

Por isso encaminhamos, Sr. Presidente, um requerimento em que, conforme foi lido pelo Sr. primeiro Secretário, fazemos um apelo ao Presidente do INPS.

A esse requerimento, nós gostaríamos de aditar determinadas e breves considerações.

Porque nos parece, que depois de todos os debates já havidos nesta Casa, de todas as manifestações públicas havidas a respeito do INPS em nosso Estado, fiquem, sem o devido registro na Assembléia Legislativa do Estado, as declarações que prestou à imprensa, ao rádio e à televisão, o Presidente do Instituto, Sr. Reinhold Stephanes,

De tal modo, se pronunciou S. Exa. que nós, que afinal podemos dizer, que o Ministério do Trabalho estaria ouvindo os reclamos daqueles que devem ser beneficiários de suas leis e resoluções.

Quando vimos, por exemplo, o próprio Ministro do Trabalho, num caminhão de "bóias frias", coisa que há muito tempo, - principalmente, permitam-me os Srs. Deputados da ARENA, - a oposição tem focalizado neste Casa, pelos seus representantes, das respectivas regiões, e do que resulta, entretanto, medidas que nós vemos, são apenas paliativas.

Que o próprio Ministro do Trabalho não fez referência a uma iniciativa que visasse realmente a causa do problema; refere-se única e exclusivamente aos seus efeitos.

Ô Sr. Reinhold Stephanes, presidente do INPS, declarou a um jornal, que por sinal representa o pensamento político da situação de nosso Estado, quase que irrestritamente, com relação às filas de permanência para atendimento do INPS, que depois de conversar com pessoas que aguardavam nas filas, Stephanes considerou normal, achando inclusive que não havia descontentamento generalizado e que a tranquilidade era geral, parecendo mesmo ser uma fila de espera de cinema.

Ô SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja apenas alertar V. Exa. que o tempo que lhe é concedido, está esgotado; e lhe concede mais um minuto para concluir.

Ô SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado, Sr. Presidente. Vou concluir em um minuto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamos ao nosso requerimento, uma fotografia, ou melhor, uma página de revista, que publicou uma fotografia de uma fila do INPS em Arapongas.

Fila essa que eu também constatei com meus próprios olhos; que atravessa a noite aguardando o momento para marcar a sua consulta médica. - Cujas páginas, cujo documento nós pedimos, Sr. Presidente, - porque foi omissão nossa, em nosso requerimento que acompanhe o apelo que nós fazemos ao Presidente do INPS no sentido de que as providências que ele

diz, que não são necessárias mas serão tomadas, felizmente, em relação ao INPS de Curitiba, se estendam aos postos do interior para que esses postos do interior possam, pelo menos, ver amenizados os problemas dos beneficiários do INPS.

Muito obrigado, Sr. Presidente (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — A Presidência constata que S. Exa. o Sr. Deputado José Muggiati Filho, realmente não inseriu a solicitação junto ao presente requerimento do Instituto Nacional de Previdência Social, a reportagem que requer verbalmente da tribuna; e deseja lembrar à assessoria que faça a menção expressa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quinto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna para tratar do mesmo assunto, não em forma de requerimento, mas de uma apreciação pessoal da entrevista do Sr. Presidente do INPS.

(LENDU): “Em entrevista coletiva à imprensa, o Presidente do INPS, Reinhold Stephanes, foi de uma clareza draconiana ao revidar as reclamações dos hospitais que têm em haver do INPS.

É de lamentar-se a maneira com que o Presidente do INPS se referiu aos hospitais: “O PRIMEIRO HOSPITAL QUE AMEAÇAR O INPS POR CAUSA DAS DÍVIDAS PODE ENCAMINHAR OFÍCIO QUE EU O DESCREDENCIAREI IMEDIATAMENTE”.

Data vênha a consideração que merece aquela autoridade, não se pode calar ante uma afrontosa demonstração de abuso de poder.

O Presidente do INPS, em sua entrevista, e de viva voz, afirma existirem dívidas aos hospitais.

Tanto é verdade que será liberado verba de 75 milhões para pagamento das mesmas.

O que não reconhece o INPS é o direito dos hospitais exercerem em sua defesa os meios que dispõem para receber suas dívidas.

Os hospitais não podem reclamar de agora em diante.

Quem ameaçar o INPS, será descredenciado imediatamente.

Ora, até parece brincadeira do Sr. Reinhold Stephanes, porque veja ele que os hospitais ameaçam o INPS, mas o INPS pode, através de seu ilustre Presidente, AMEAÇAR OS HOSPITAIS SE RECLAMAREM.

É bom que se diga que não são apenas os hospitais do Paraná que reclamam do atraso de pagamento, são os hospitais do Brasil inteiro que estão em situação difícil pelo emperramento burocrático do Instituto.

Não é falta de dinheiro, bem assevera o Presidente do INPS, é apenas incompetência do próprio INPS; para agilizar a tramitação das contas.

Ora, não admitir que o credor reclame do devedor, se este afirma que tem dinheiro para pagar só não o faz por embargos e retardos burocráticos, é negar o mais líquido e certo direito.

A lei confere até meios judiciais para o credor haver seu direito, só o INPS e o seu Presidente, não admitem pedidos e reclamos daqueles que tendo haver do INPS, não podem protestar e nem gestionar seus direitos.

Que me desculpe o ilustre Presidente do INPS, mas S. Exa. não tem conseguido resolver o problema do atendimento médico, e deveria ser mais humilde para reconhecer isto.

Age demagogicamente quando entra numa fila do INPS, para constatar as dificuldades do infeliz assegurado da Previdência neste País.

Será que o Presidente do INPS não dispõe de outros meios para constatar isso.

É de se perguntar porque ficou hora e meia na fila, em Curitiba, quando poderia determinar a um assessor para assim

proceder, ou não seria uma saída demagógica para tentar eximir-se da responsabilidade perante a opinião pública.

De qualquer forma, passa um atestado de incompetência o Sr. Presidente do INPS.

Se o Instituto, como afirma ele, dispõe de recursos financeiros e isso não haveria necessidade de dizer, pois todos sabem do superavit existente, como dizíamos, se existem recursos financeiros, só existem filas por ineficiência do INPS e a que, cabe terminar com isso não são os simples funcionários, mas sim a direção do INPS.

Nada adianta o Sr. Presidente entrar na fila e perder uma hora e meia, para depois ir à imprensa e dizer que esteve na fila, como quem diz: “estou ao lado dos que mendigam uma consulta”.

Sua função e seu trabalho devem ser exercidos no sentido de soluções definitivas e que realmente mostrem resultados.

Por isso, Sr. Presidente, não posso deixar despercebido este episódio.

Se os hospitais não podem reclamar para haverem seus saldos e sofrerem a sanção de serem descredenciados, a mim, o Sr. Presidente do INPS, nada pode fazer pelos hospitais que estão enforcados no Instituto do Sr. Stephanes, que apresento esta reclamações, lembrando ainda a ele, que fez uma ameaça descabida, pois teria realmente coragem o Sr. Stephanes de descredenciar aqueles hospitais que reclamarem dos atrasos e foram os únicos hospitais existentes nas inúmeras cidades do Interior do Estado, fazendo com que os assegurados tenham que percorrer distâncias quilométricas.

Fica aí, Sr. Presidente, o nosso descontentamento pela falta de habilidade do Presidente do INPS em ameaçar os hospitais, quando eles também têm compromissos para responderem e não podem fazer o mesmo que faz o INPS, a quem devem.

Finalmente, Srs. Deputados, deixo aqui minha preocupação se a moda pegar e toda a autoridade que pretender terminar com as filas existentes no Brasil, também tiver que entrar na fila, assistiremos não o fim das filas do povo, mas as filas de autoridades, que estarão na fila para resolverem depois o problema da fila”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Havendo declinado, a Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. MUGGIATI FILHO — O MDB não ocupará o horário.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Havendo declinado, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se deseja usar o tempo que lhe é reservado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — A Arena não fará uso do horário reservado.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constantes do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 269/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 390/76, Mensagem 124/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de ARAUCÁRIA, objetivando execução do Art. 37, do Regimento do Código Nacional de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 269/76

Art. 1.^o — Fica aprovado o Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Araucária, objetivando a execução do art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Proposição número 390/76

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 124/76, de 05 de outubro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Araucária, objetivando a execução do Art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Resolução 269/76.

1.- A presente proposição oriunda de Mensagem Governamental que submete ao "referendum" desta Assembléia convênio celebrado, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça apreciando a matéria opinou favoravelmente à Mensagem Governamental na forma do projeto de resolução que ofereceu, por ser da competência do Executivo a celebração de convênios e da Assembléia (art. 25, inciso VII da Constituição Estadual) a sua apreciação.

3. Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Parecer ao Projeto de Resolução 269/76.

1. Com base no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.

2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas

Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.

3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

4. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1976.

(aa) Alfredo Gulin, Presidente; David Federmann, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, expediente subscrito pela maioria dos Srs. Deputados membros da Bancada da ARENA, indicando como líder do Partido nesta Assembléia, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com o apoio dos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Kalil Fadel.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Grigoravicius.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dorvalina Guerreiro de Paula.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estephano M. Witoslawski.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo vigésimo quinto aniversário de fundação da Colônia Witmarsum, do município de Palmeira.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências para que, de Guaíra a Curitiba, pelo traçado Guaíra - Maringá, seja aberto concorrência pública para transporte coletivo.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam criadas linhas de transporte em ônibus seletivo e expresso, destacando-se nos horários diurnos e noturnos para longa distância, ligando todo o Estado a nossa Capital.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da SANEPAR, visando urgentes providências, no sentido de ligar o segundo poço arteziano em Alto Piquiri.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, visando urgentes providências no sentido da imediata adequação da rede física de estabelecimentos escolares destinados ao funcionamento do Segundo Grau em Maringá.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se digne determinar estudos visando a instalação de um posto de destacamento policial no Distrito de Oliveira Castro, município de Guaíra.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do discurso pronunciado pelo Dr. Eduardo Rocha Virmond, ao assumir a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o título "O Direito e a Essência"— **APROVADO.** (O discurso acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de aquele órgão determine seja efetuado o revestimento primário da ligação rodoviária Iguaçu - Ângulo - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela eleição do eminente Juiz, Dr. Luiz Renato Pedroso, para o cargo de Presidente do Tribunal de Alçada.- APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo sejam determinadas providências no sentido de normalizar a situação do ensino no município de Leônidas Marques.- APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente do INPS, no sentido de que sejam estendidas urgentes medidas, visando corrigir distorções, tendo em vista as filas, que a cada dia crescem tanto na Capital como no interior do Estado.- APROVADO, com adendo feito da Tribuna.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pela realização da 59.^a Assembléia da Convenção Batista Brasileira, em nossa Capital.- APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pi-trângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, nos termos do artigo 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando continuidade da pavimentação asfáltica interligando diversos municípios.- APROVADO.

A Presidência, de conformidade com o que estabelece o Artigo 38, do Regimento Interno, apela aos Srs. Líderes do MDB e ARENA para que façam as indicações, mantida a proporcionalidade dos Srs. Deputados que haverão de compor as Comissões Técnicas desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO MAURÍCIO FRUET,
EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 1977.**

"O DIREITO E A ESSÊNCIA

Eduardo Rocha Virmond
DISCURSO DE POSSE DA PRESIDÊNCIA DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL,
SEÇÃO DO PARANÁ,
EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1977.

"Nesta hora zero deste mandato, quando a representatividade da classe pela eleição legítima, é a mais completa, queremos transmitir a Francisco Brito de Lacerda, Elio Narezi, Rui Ferraz de Carvalho, Athos Moraes de Castro Vellozo, Edgar Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim de Oliveira Sobrinho, João de Souza Ferreira, Adolpho de Oliveira Franco, à memória de José Rodrigues Vieira Netto, Arthur Ferreira dos Santos e Laertes de Macedo Munhoz e outros ex-presidentes, os agradecimentos dos advogados do Paraná por terem conduzido, anos afora, com a maior dignidade, tolerância, altivez, sobriedade e grandeza os destinos dos advogados, como profissionais em particular, e da Ordem em geral, tanto na esfera de sua atuação em particular, e da Ordem em geral, tanto na esfera de sua atuação pública, como no aperfeiçoamento da mecânica do exercício profissional.

Os advogados e a Ordem, que os abarca, têm deveres que

vão além do simples limite do exercício da advocacia de foro. Ao contrário do que muitos pensam, essas obrigações, que estão em lei, transcendem a um plano muito mais amplo.

Podemos resumir que a atuação do advogado e da Ordem deve se processar em três níveis. Primeiro, dentro da intimidade do seu trabalho cotidiano; segundo, no aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação, principalmente perante o Poder Judiciário; terceiro, na defesa dos postulados básicos da ordem jurídica, no que se inclui a defesa do império da lei, das liberdades públicas, dos direitos humanos, enfim do estado de direito.

Este último dever, que às vezes pode causar espécie aos menos avisados, resulta não somente de uma missão histórica, mas também de obrigação legal.

Efetivamente, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que é lei federal e não simplesmente deliberação de classe, estabelece que constitui dever dos advogados defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e rápida administração da Justiça, e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas. Este dever - e não simplesmente direito - será exercido com a maior amplitude e com esta comunicação: Nenhum receio de desagradar a juiz ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deterá o advogado no cumprimento de suas tarefas e deveres.

Esta obrigação profissional é impositiva: o advogado deverá cumprir por força da lei. Também é impositiva a comunicação de que o advogado não se deterá de cumprir, o seu dever, mesmo que aparente ser hostil a alguém, ou a alguma coisa, ou a algum Poder.

Aqueles que invocam a importância profissional do cumprimento dos deveres, entre os quais nós nos incluímos, não podem se aborrecer pelo fato dos advogados exercerem os seus.

Enquanto alguns deveres de profissionais de outras categorias se constituem de elencos morais ou repressivos estabelecidos por vontade própria, os deveres dos advogados decorrem de lei e de determinações imperativas dessa mesma lei, de modo a reprimir a eventual tendência de agradar autoridades e de buscar popularidade fácil.

Daí porque serem menos avisados aqueles que pretendem acusar a Ordem ou aos advogados estarem fazendo política. Menos avisados são, porque ignoram que essa tarefa decorre de uma obrigação impositiva inexpugnável. A Ordem não faz política partidária. A Ordem é obrigada a defender os pressupostos de direito e o império da lei, a ordem jurídica e a Constituição da República. Sem fazer política partidária, a Ordem exerce uma de suas funções primordiais, para a qual foi instituída, seguindo uma tradição universal, que no Brasil iniciou-se oficialmente na primeira metade do século XIX, quando o Imperador do Brasil oficializou a existência do Instituto dos Advogados Brasileiros. Desde essa época, o Instituto antes e a Ordem depois têm uma luminosa trajetória em defesa da legalidade democrática - em todos os percalços de dificuldades históricas que vez por outra sacodem a Nação.

Então a Ordem é uma entidade federal de direito público, solta no espaço, porque assim tem de sê-lo.

E tem de sê-lo porque os advogados são vinculados ao direito de defesa do indivíduo, da sociedade e do Estado - do estado de direito - que não admite subordinações a qualquer outra entidade, nem mesmo ao Executivo, porque se assim se fizesse estaria desvirtuado esse direito de defesa, que é consagrado em todas as normas dos povos da civilização ocidental, desde a Constituição norte-americana, os postulados da Revolução Francesa e desde a nossa primeira Constituição do Império. Não é preciso dizer que esse direito se aperfeiçoou e daí o engrandecimento de nossa profissão e o aumento de responsabilidade a nós conferido de exercê-lo em sua amplitude.

É fácil compreender que, dentro do quadro brasileiro, os

advogados e a Ordem se envolvam de corpo e alma contra todos os instrumentos de exceção que vez por outra enobrecem a vida brasileira, repelindo-os como instrumentos afrontosos à vida comum entre a sociedade civil e os poderes do Estado.

As Conferências Nacionais de Advogados, que se realizam no País de dois em dois anos, contam com a participação de grandes parcelas de advogados militantes, inclusive os mais ilustres advogados que, vinculados ao Governo e aos dois partidos oficiais, discutem livremente e com igualdade os vários problemas da classe, desde os assistenciais, até leis como de Sociedades Anônimas, em sentido estritamente técnico.

O observador deverá ter anotado que, enquanto as resoluções sobre problemas técnicos são resultados de divergências, as decisões sobre os problemas políticos e institucionais são tomadas por solene unanimidade.

Eis pois que os advogados e juristas, em sua unanimidade, mesmo os que pertencem aos quadros de entidades públicas e dos Governos Federal e Estaduais, quando chegam aos problemas institucionais, repelem qualquer agressão à legalidade democrática, aos direitos fundamentais do homem e ao Estado de Direito.

Neste ponto convém comentar que nós, advogados, magistrados e promotores, que constituímos a essência do Poder Judiciário, nos seus vários níveis de atuação, estamos preparados historicamente para este papel, que assumimos há mais de um século e o exercemos sem peias e com altivez, em defesa do homem, que é a base do Estado.. Sim, este preparo resulta de uma formação que se fez nas Faculdades de Direito, que constituem, por sua vez, o curso de civismo mais aperfeiçoado existente na Nação. Quando o Governo resolveu instituir uma disciplina escolar de civismo, de Educação Moral e Cívica, não teve outra alternativa senão o de procurar nos programas das Faculdades de Direito um resumo de sua programação, no que se inclui particularmente a defesa da Constituição da República.

Nas Faculdades de Direito nós aprendemos, no fulgor de nossa mocidade, a continuidade histórica do Brasil e a construção de um direito em aperfeiçoamento contínuo. Desse sentimento, que ressoa em cada advogado, desde estudante de direito, sobressai, natural e acaloradamente, o sentido do patriotismo. Por isso, não vejo em outra carreira qualquer autoridade em discriminar entre nós quem seja mais patriota. Cada um tem a missão que lhe foi confiada pelas leis da República, dentro da sociedade, dentro da história. O advogado tem a missão de construir e defender as instituições. E, quando a constrói, estará também reforçando os laços da sociedade civil em seu pretendido íntimo relacionamento com o Estado, da qual este deverá ser necessariamente o servidor. E, por esta faina diária, contínua, árdua, vital, estará também defendendo a Pátria, que pertence a todos e não a alguém em particular. Ninguém, pois, por ter um cargo, ou uma função, terá direito de discriminar, escolher, apontar, quem dos brasileiros, por força de sua profissão, seja mais patriota que nós. Os que se arvoram em donos da

Pátria, diminuindo outros brasileiros, estarão prestando um mal serviço, desacreditando o seu povo e desvalorizando, por preconceitos ou má-fé, o trabalho alheio de construção.

Assim, em decorrência destes pressupostos que levantamos, o advogado defende a lei. Mal utilizado o termo "contestação", só poderia se compreender que a proibição de alguém divergir será uma agressão ao direito de liberdade de pensamento. Nós advogados contestamos, divergimos, respondemos, discutimos todos os dias, no foro, nos tribunais. Contestar é divergir, é apontar fatos, atos e direitos em oposição e substituição a outros. É apontar a realidade jurídica, a lei, em contraste à aberração, a seu desrespeito.

Quem defende a lei não está se opondo ao Estado. Está, ao contrário, defendendo o Estado, pois as instituições estão consagradas nas leis. Não há instituição fora da lei...

E as leis têm um arcabouço histórico que vem desde o direito romano, passando por Jesus Cristo, que a humanizou e invocou, pela primeira vez em termos sistemáticos, a afinidade do homem com a liberdade, a incompatibilidade do ser humano com a escravidão.

O jurista francês Henri Savatier demonstrou cabalmente que o homem passou a ser responsável por intermédio da palavra de Cristo, quando o Divino Mestre proclamou a sua liberdade. O homem para ser responsável precisa ser livre e não o contrário.

A liberdade, pois, está na essência das coisas, no respeito do homem a seu semelhante, seu próximo, por suas idéias, sua família, seus atos, sua vida, sua incolumidade física e mental.

A lei brasileira repele qualquer infração a esta essência e por isso nós, advogados, estamos compelidos, jungidos, individualmente e como classe, a denunciar quando ocorra o seu descumprimento, a sua afronta.

E porque assumimos essa tarefa, acreditamos na grandeza da Pátria, na riqueza substancial de nosso povo. O povo brasileiro é imensamente paciente e tolerante, otimista e esperançoso. O passado está a autorizar, pelo comportamento histórico de nosso povo, que se acredite em seu futuro, para que, construtivamente, possa edificar. E esta circunstância só poderá ocorrer quando se lhe dê a possibilidade de estimular as suas energias, sem repressões, sem invasão de sua intimidade e de sua confiança em si mesmo e em seus semelhantes.

Há no Brasil um ingente esforço, interminável, contínuo, em progressão, em direção ao futuro.

Como advogado é conciliatório por excelência, e assim também é sociologicamente o povo brasileiro, há uma correspondência irresistível nesta tendência de abrir os braços, estender as mãos.

Nós estamos de mãos estendidas, de mãos abertas, desarmados, esperando o aperto de mão, esperando que desta expectativa de grandeza do gesto, a conciliação nacional se faça sentir em todos os campos do conhecimento e da vida entre a sociedade civil, que representamos por lei, e o Estado".